

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS EDUCATIVOS: ANALFABETISMO, CIDADANIA E A FORÇA DA COMUNIDADE EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP.

Rosiane Morais Torrezan (FCT/UNESP); Raul Borges Guimarães (FCT/UNESP);
Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti (FCT/UNESP).

Eixo temático: 2. Políticas e Gestão Educacional.

Agência Financiadora: CNPq

1. INTRODUÇÃO.

Ao abordarmos as temáticas relativas à educação e ao combate ao analfabetismo, não podemos deixar de considerar o contexto da realidade concreta atual, onde estas duas dimensões ligadas ao desenvolvimento social e humano ocorrem. A sociedade brasileira atual apresenta alto grau de desigualdade social, fazendo com que as condições de vida de importante parcela da população mantenha o ciclo de reprodução da pobreza urbana. Assim, o empobrecimento de vastos contingentes populacionais repercute diretamente no setor da educação.

A reversão dessa realidade marcada pela desigualdade social tornou-se objetivo de várias iniciativas governamentais e não-governamentais, através de instituições e entidades cujas estratégias oscilam entre um enfrentamento e um pseudoenfrentamento da questão. Compreender os diversos limites existentes quanto à eficiência ou eficácia destas iniciativas e analisar os processos excludentes que eles encerram torna-se um desafio no período atual, pressupondo abordagem multidisciplinar e multimetodológica.

Nesta pesquisa sobre os processos educativos de superação do analfabetismo em Presidente Prudente, procuramos compreender e demonstrar como os conhecimentos geográficos podem favorecer a integração multidisciplinar necessária para o trabalho nos bairros que concentram as comunidades urbanas mais pobres. Para isto, pretendemos correlacionar variáveis qualitativas e quantitativas em meio a elementos subjetivos e objetivos das comunidades a serem pesquisadas, permitindo o aprofundamento e melhor compreensão teórica a respeito das categorias geográficas de comunidade e lugar.

Ao estudar os processos educativos que envolvem a comunidade onde se concentra a população analfabeta em Presidente Prudente/SP, pretendemos considerar também que estes processos são influenciados por intencionalidades intrínsecas ao espaço geográfico. Assim, as

redes formadas e as representações oriundas deste processo educativo deverão ser consideradas no estudo e constituirão elementos importantes de análise, uma vez que configuram categorias sociais intrínsecas ao espaço geográfico. Em vista destas preocupações, o presente projeto de pesquisa tem ainda como finalidade vislumbrar possibilidades teóricas para a investigação e compreensão de processos educativos presentes em práticas sociais, contribuindo na investigação e elaboração de projetos de educação com base comunitária e de transformação social. Por causa disto, o estudo ancorar-se-á no referencial da Educação Popular e da Pesquisa Qualitativa em Geografia.

2. JUSTIFICATIVA.

Um esforço conjunto no sentido de superar o analfabetismo na cidade de Presidente Prudente/SP tem sido efetuado a partir da parceria entre a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, e o Projeto “Identificando os sujeitos de baixa escolaridade e renda do município de Presidente Prudente-SP” da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria P. de Fátima Rotta Furlanetti, e com o trabalho de Iniciação Científica da aluna Alessandra Fonseca Farias.

O principal objetivo do estudo comandado pela Professora Fátima é identificar dentre os cadastros do programa “Bolsa Família” a população de baixa escolaridade e renda, identificar quem são e em que zonas estão localizados os sujeitos com baixa escolaridade até 4^a série do município de Presidente Prudente-SP. Tendo acesso aos dados referentes à população de baixa escolaridade e renda da cidade (endereço, sexo e idade), os pesquisadores pretendem entrevistar cerca de 20% dessa população, a fim de traçar seu perfil sócio-cultural e formular um Projeto Político Pedagógico que considere as especificidades e necessidades deste grupo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Conhecendo mais da identidade sócio-cultural do sujeito analfabeto de Presidente Prudente-SP, pretendem ainda analisar os dados coletados nas entrevistas, organizar as falas e categorizá-las para traçar o perfil do educando de EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A proposta de estudo que ora apresentamos encontra, portanto, respaldo neste trabalho de pesquisa sob coordenação da Profa. Dra. Fátima Rotta. Nosso principal objeto, entretanto, constitui a reflexão a respeito do engajamento da comunidade no processo educativo de superação do analfabetismo. Para isto, o recorte teórico-metodológico do projeto deverá possibilitar o estabelecimento da relação conceitual existente entre duas categorias geográficas: comunidade e lugar. Pretendemos, com isto, contribuir também para a discussão de comunidade como fonte de representação simbólica e como expressão de imagens e representações que desempenham papéis importantes na dinâmica histórico-geográfica.

Espera-se que o estudo pretendido neste projeto de pesquisa, acerca dos processos educativos presentes nas relações que se estabelecem entre comunidades e as instituições e entidades, sirva para ampliar o arcabouço teórico relativo às intersecções entre educação popular e comunidades, bem como uma melhor compreensão dos processos educativos envolvidos em trabalhos comunitários de superação do analfabetismo. Espera-se que contribua também com as instituições e entidades pesquisadas que constituem as redes de educação popular, propiciando novas leituras e novos pontos de vista, proporcionando outras possibilidades de compreensão sobre como se dá a educação no contexto da garantia aos direitos humanos e à educação em processos dialógicos de construção de sujeitos no âmbito de comunidades locais.

3. O ANALFABETISMO NO BRASIL.

Sabemos que o analfabetismo é um dos grandes problemas sociais do Brasil. Constitui-se, assim, um mal radicado na sociedade brasileira, praticamente tão antigo quanto o próprio país, e tem resistido às diversas campanhas de alfabetização implementadas pelas mais diversificadas políticas educacionais. O analfabetismo em sua forma extrema, como a detectada pelo censo, é indicativo de um fenômeno real, com múltiplas conotações de preconceito, rotulação, discriminação e estigmatização, constituindo a forma extrema de exclusão educacional.

De caráter perverso e persistente, o analfabetismo brasileiro é, portanto, um problema histórico. Sob essa perspectiva, verificamos que ele apresenta características novas e velhas ao mesmo tempo. Trata-se de um problema relativamente novo porque só foi caracterizado como tal a partir do século XIX, e é também um problema velho porque está presente na sociedade brasileira desde a sua formação, relacionado a fatores sócio-demográficos, tais como: gênero, raça, localização geográfica, faixa etária, renda familiar e, principalmente, ao processo de urbanização (BORTONI-RICARDO et al, 2005).

Segundo dados do IBGE (2006), o Brasil possui mais de 14,4 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. Mas o conceito de analfabetismo tem evoluído muito. Para o IBGE, considera-se alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. Já o conceito de analfabeto funcional inclui todas as pessoas incapazes de assimilar instruções escritas de caráter técnico, responder questionários com certa complexidade ou compreender um breve relato escrito de sua vida cotidiana. Utilizando-se deste segundo critério, na realidade mais adequado ao desenvolvimento tecnológico da atualidade, o número de analfabetos funcionais brasileiros atinge mais de 30 milhões pessoas com 15 anos ou mais.

No Brasil o analfabetismo está concentrado entre os mais pobres, idosos, negros ou pardos, e na população rural. A faixa etária mais analfabeta é de 40 a 59 anos e as regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores. Assim, ainda segundo o IBGE (2006), o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de

analfabetismo do país, com um contingente de quase oito milhões de analfabetos, o que corresponde a 20,7% do total do país; seguido pelo Norte com uma taxa de 11,3% (1,1 milhão); Centro-Oeste (8,3% – 0,8 milhão); Sudeste (6,0% – 3,7 milhões) e Sul (5,7% – 1,2 milhão).

Dentre os fatores importantes para a compreensão das dificuldades relacionadas à superação do analfabetismo no Brasil, podemos destacar as heranças históricas do coronelismo e do “poder do atraso” em diversas regiões brasileiras, a descontinuidade das políticas educacionais de erradicação do analfabetismo, a inadequação das propostas pedagógicas de ensino para a educação de jovens e adultos, o desinteresse político pela questão, a carência histórica de oferta de vagas na educação básica e os baixos investimentos em programas de alfabetização de jovens e adultos. E ainda podemos acrescentar: a escolaridade incipiente dos professores para o exercício do magistério; os baixos salários pagos a estes profissionais; as reduzidas possibilidades para uso de leitura e escrita, principalmente na zona rural; a falta de incentivos do ambiente socioeconômico, cultural e familiar dos educandos e a carência de ações das administrações municipais para a resolução da precariedade de sua situação educacional.

Enfim, a História da Educação Brasileira em geral, e a história da Educação de Adultos, particularmente, pode ser analisada tendo em vista as contradições sociais de nosso país, uma vez que a história da educação é história de negação do povo e de sua cultura e a instituição da educação formal é elitista, excludente e seletiva. Para o enfrentamento desta situação, uma referência importante é o pensamento e a proposta metodológica de Paulo Freire.

3.1 O CONCEITO DE COMUNIDADE E A EDUCAÇÃO POPULAR.

Na literatura do desenvolvimento comunitário o conceito de comunidade ainda é ambíguo. O termo comunidade é aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros). É também utilizado para designar grupos profissionais (comunidade médica, comunidade científica), as organizações (comunidade escolar), ou sistemas mais complexos como países (comunidade nacional), ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial).

Segundo Costa (2005), se solidariedade, vizinhança e parentesco eram os aspectos mais relevantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles são apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das redes sociais. Existem novas formas de associação, inseridas na complexidade da chamada rede social, com dimensões diversas, e que mobilizam o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis.

Haesbaert (2006) pondera que o significado dos espaços vai muito além da manifestação concreta de seus prédios, casas, estradas, rios e montanhas. Neles há espaços, ou “territórios”, que possuem um caráter particular, cuja significação extrapola seus limites físicos e sua utilização material. Eles constituem as referências identitárias dos espaços, que possuem uma

simbologia que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que de qualquer forma emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que é também uma identidade territorial.

Assim sendo, as identidades sociais forjadas ao longo do tempo acabam por situar-se espacialmente. Trata-se de um processo que se estabelece entre indivíduos que partilham relações de convivência.

Mike Davis (2006) demonstra o quanto a habitação pública deixa de ser atraente para os pobres, pois os moradores lamentam a perda da comunidade. Padronizadas e impessoais, projetadas com vistas à economia de recursos materiais e humanos, as habitações públicas não favorecem as relações sociais com os vizinhos (o que, em tempos pós-modernos, facilita ainda mais o isolamento), não são previstos espaços para as crianças brincarem e os idosos acabam relegados à solidão. Não é à toa que, de acordo com o estudo de dois pesquisadores europeus, os pobres preferem suas antigas favelas às novas torres de apartamentos (DAVIS, 2006).

A busca por significado e identidade não se restringe, no entanto, às populações periféricas empobrecidas. As elites globalmente conectadas nem por isso prescindem do lugar em que vivem e moram, e como todos os outros homens e mulheres suas buscas existenciais se inscrevem forçosamente na localidade. É nos lugares que os seres humanos travam a luta cotidiana de tentar administrar a vida que compartilham, e onde os significados desta são concebidos, absorvidos e negociados. E é nos lugares que são gerados os impulsos e desejos humanos, e onde eles vivem na esperança da realização e no temor da frustração (Bauman, 2007).

Há que se referir, ainda, ao problema global-local: problemas gerados globalmente (como os desastres ambientais provocados pela poluição dos mares e oceanos) acabam por repercutirem a nível local. Os moradores das cidades e seus representantes eleitos confrontam-se com uma empreitada que nem pela força da imaginação poderiam cumprir: a de encontrar soluções *locais* para problemas *concebidos globalmente*. Com isto, indefesas perante o turbilhão global, as pessoas se aferram a si mesmas, numa produção intensa de significado e identidade “(...) meu vizinho, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu meio-ambiente” (CASTELLS, apud BAUMAN, 2007).

O que se busca é um sentimento de semelhança, um retraimento em relação à alteridade externa, buscando o conforto de uma convivência fácil, livre das contradições e conflitos trazidos pelas outras pessoas. “A atração de uma ‘comunidade da mesmice’ é a de uma apólice de seguro contra os riscos que povoam a vida diária num mundo polivocal” (BAUMAN, 2007, p. 93).

Com a redução do papel do Estado, as instituições internacionais (como o Banco Mundial) instauraram presença por meio de ONGs em favelas e comunidade urbanas pobres em todo o mundo. Mas os verdadeiros beneficiados são as grandes ONGs, e não o povo local. Dependentes e passivas, as comunidades relegam às ONGs os papéis de negociação e tomada

de decisões. Ao invés de trabalhar no sentido de tornar os oprimidos conscientes de seus direitos, as ONGs adotam a prática de pedir favores com base na solidariedade e no humanitarismo, subvertendo, desinformando e desidealizando as pessoas, mantendo-as afastadas das lutas de classe (Harvey, 1980).

A crítica a esse tipo de comunitarismo e à comunidade foi estabelecida por Sennett (1998). De acordo com o autor, a comunidade dependente acaba por se tornar ao mesmo tempo um retraimento emocional com relação à sociedade e uma barricada emocional no interior da cidade. Este retraimento é despolitizado e destrutivo, e a saída, segundo Sennett, é tornar o mundo habitável - o mundo, não somente a cidade ou a comunidade.

Embora surjam novas reflexões acerca do conceito de comunidade no campo teórico, no campo prático, em muitos casos, ele é visto sob uma carga de preconceito. Como relata o educador e médico sanitário Eymard Mourão Vasconcelos (2007): “É muito comum a gente ouvir dizer assim: ' - *Aquela comunidade não tem jeito, é todo mundo preguiçoso*’”; ou então: '*Essa comunidade é fogo, a gente dá o dedinho e eles querem a mão toda!*'. Tem gente que diz assim: '*Eu saio de minha casa e vou lá para aquela comunidade mas ela não me merece. Não adianta nada o que eu falo. Ela não compra comida, compra aparelho de som...*'”.

Para Vasconcelos, o educador necessita despir-se dos preconceitos, saber compreender. Precisa superar as limitações institucionais - os chamados “caixotinhos” – e atuar na interdisciplinaridade.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A educação popular está claramente presente neste projeto de pesquisa, bem como a metodologia da pesquisa-participante e da pesquisa-ação.

A compreensão de educação como um processo social e, portanto, histórico, nos leva a considerar que as práticas espaciais estão ininterruptamente permeadas por processos educativos. Permite entender ainda que, historicamente, outros processos, humanizantes, são possíveis e, por conseguinte, a pesquisa pode (e deve) contribuir para se pensar essas possibilidades do fazer geográfico dos atores envolvidos nas políticas sociais. O referencial da educação popular, como referencial de partida, exige uma escolha metodológica onde a pesquisa, enquanto também uma prática social, se desenvolva num diálogo entre sujeitos. Daí as necessárias aproximações, convivência e conversas. Um processo educativo facilitado pelo movimento recíproco em direção ao diálogo.

A presente pesquisa tangencia tanto a proposta de análise dos processos educativos comunitários pelo pesquisador, quanto o grau empírico das estratégias educativas e sua apreensão pelo objeto: as comunidades. A delimitação do campo de análise considera o envolvimento do sujeito pesquisador com o fenômeno e a apreensão empírica do objeto

pesquisado. A conceituação dos processos educativos comunitários é proposta teórica, e suas dimensões concretizadas pela instituição Secretaria Municipal de Educação e eventuais parceiros nas comunidades constitui o âmbito de análise.

Para Brandão (2006), a pesquisa participante é uma modalidade de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares. A expressão aparentemente neutra que existe na idéia de “objeto de pesquisa”, muitas vezes subordina a idéia e a intenção de que aqueles cuja “vida” e “realidade” afinal se “conhece”, sejam reconhecidos para serem objetos também da História. Entretanto, ainda segundo o autor, surgem sinais de crítica, tanto entre pesquisadores quanto pesquisados. Pessoas reais, e não apenas categorias abstratas de “objetos” parecem descobrir com a sua própria prática que devem conquistar o poder de serem o sujeito, tanto do ato de conhecer de que tem sido objeto, quanto do trabalho de transformar o conhecimento e o mundo que os transforma em objetos.

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da *sua* história. Ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais na reconquista popular (BRANDÃO, 1990, p. 11).

Segundo o mesmo autor, é disto que trata a pesquisa participante: de uma participação que não envolve somente uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa como se faz na observação participante da antropóloga social. Ela determina, outrossim, um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir.

Nisto reside a importância da pesquisa-ação. Trata-se de uma metodologia de produção de conhecimento sobre a inter-relação entre os atores e saberes envolvidos em uma prática social, em que se priorizam os interesses e as falas dos sujeitos envolvidos.

Com a pesquisa-ação, novas perspectivas são incorporadas ao conhecimento de um grupo ou de uma comunidade. O espaço de diálogo aberto pela pesquisa leva à participação de outros atores e sujeitos que nunca são convidados a entrar em cena para participar: eles constituem os *alvos* das políticas públicas, mas jamais são chamados a opinar; são *objetos* de pesquisas médicas, mas não podem se pronunciar. Com esta modalidade de pesquisa na educação para Jovens e Adultos há um ganho inicial inegável: de *alvo* e *objeto* de pesquisa e políticas públicas, as pessoas retornam à sua condição inerente – a de seres humanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Um elemento fundamental do método da Educação Popular de Paulo Freire é a consideração do saber anterior das classes populares como ponto de partida do processo pedagógico. Ao valorizar o saber anterior do educando, é possível fazer com que ele se sinta mais à vontade, mantendo seu interesse e sua iniciativa. Deste modo, não se tem a passividade dos métodos pedagógicos tradicionais, pois não basta que o conteúdo discutido seja revolucionário, se o processo de discussão é antiquado e se mantém de forma vertical (VASCONCELOS, 2001). E através desta metodologia, desenvolver com a comunidade uma espécie de estratégia educativa onde, de acordo com Paulo Freire (1992), quem sabe possa ensinar a quem não sabe, sabendo no entanto que não sabe tudo; e quem não sabe, aprenda, mas sabendo sempre que não ignora tudo.

A Educação Popular, deste modo, tem como princípio básico o reconhecimento da sociedade dividida em classes sociais, a existência da dominação e da exploração, e a opção pela perspectiva das classes exploradas e dos grupos oprimidos (VASCONCELOS, 2005). É por isso que a Educação Popular não é uma educação “para” o povo, com objetivos pré-definidos e conteúdos pré-estabelecidos. Ela se faz “com” o povo, tomando como ponto de partida do processo pedagógico o saber desenvolvido no mundo do trabalho, do convívio cotidiano, na luta pela sobrevivência, e procura incorporar os modos de sentir, de pensar e agir dos grupos explorados para ajudá-los em sua luta contra a opressão.

E, posteriormente, os seres humanos envolvidos na pesquisa passam a dialogar e buscar em conjunto alternativas únicas, particulares, de enfrentamento não só dos problemas de saúde, mas dos problemas do bairro, das famílias, dos desempregados, dos que moram em condições precárias, e de todas as outras angústias e necessidades que constituem o seu dia-a-dia.

Muitas vezes erra-se, ao invés de acertar. Mas estes acerto e erros constituem ricas construções coletivas, cujas práticas e conhecimentos gerados vêm imbuídos da incorporação da diversidade de idéias que ocorrem à oportunidade de participação popular. Idéias que traduzem saberes outros, nunca antes requisitados ou considerados e que, unidos, podem trazer avanços e configurar em uma resposta, e em um “saber fazer” próprio e eficiente.

Finalmente, portanto, torna-se forçoso reconhecer que o analfabetismo persistente em comunidades mais pobres não é, em si, um impedimento original. Resulta de impedimentos anteriores, e passa a se tornar mais um.

Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra. Em certas circunstâncias, “o analfabeto é o homem que não necessita ler”, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler (FREIRE, 2007, p. 22).

6. BIBLIOGRAFIA.

- ALBUQUERQUE, P. C.; STOTZ, E. N. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v.8, n. 15, p. 259-74, mar/ago. 2004. Disponível em: <http://www.interface.org.br>. Acesso em: ago/2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. Raízes sociolingüísticas do analfabetismo no Brasil. *Revista Eletrônica “Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa”*, 2005. Disponível em: www.mocambras.org / <http://www.acoalfaplp.org/> 219. Acesso em: mar / 2010.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface (Botucatu)* [online]. 2005, vol.9, n.17, pp. 235-248. ISSN 1414-3283.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.59 a 102.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: agosto/2008.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.
- _____. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. Sobre educação popular: Entrevista com Paulo Freire. In: TORRES, R.M. (org). **Educação popular: um encontro com Paulo Freire**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. *Educação e Atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, Inst. Paulo Freire, 2001.
- _____. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra; 2001.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- _____. *Cartas a Guiné-bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FURINI, Luciano Antonio. *Redes sociais temáticas: o caso das redes sociais de assistência à criança e ao adolescente em presidente prudente (SP) e suas representações sociais*. Presidente Prudente (SP). 2008. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente (SP).
- GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- GHON, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política – impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LANDIM, F. L. P. et al. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo – quantitativa. *Rev. Bras. Em Prom. Da Saúde*, v. 19, n. 1, p. 53- 58, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: agosto/2008.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. Trad. De Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de S. e SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, vol.9, n.3, p.237-248, Jul/Set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: agosto/2008.
- MORIN, Edgar. Part. De Marcos Terena. *Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. *Cad. De Pesq. em Adm.*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º SEM./ 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: agosto/2008.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de. *Processos Educativos em Trabalhos Desenvolvidos entre Comunidades: Perspectivas de Diálogo entre Saberes e Sujeitos*. Pesquisa realizada como parte das atividades de pós-doutorado efetuado junto a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro: 2003.
- PIMENTA, S. G. Pesquisa–ação crítico–colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set/dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: agosto/2008.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989.
- STOTZ, Eduardo Navarro. A Educação Popular nos Movimentos Sociais da Saúde: Uma Análise de Experiências nas Décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3 n. 1, p. 9-30, 2005.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1988.
- VALLA, V.V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cad. Saúde Pública*, n.15, supl.2, p.7-14, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: agosto/2008.
- VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as práticas de saúde a partir de experiências de educação popular nos serviços de saúde. *Interface — Comunic., Saúde, Educ.*, v.5, n.8, p.121-6, 2001. Disponível em: <http://www.interface.org.br> Acesso em: agosto/2008.

- _____. *Educação popular, um jeito especial de conduzir o processo educativo no setor saúde*. Disponível em: <www.redepopsaude.com.br>. 2005. Acesso em: out. / 2008.
- _____. Palestra proferida no II Encontro Nacional dos Servidores que Atuam na Área de Educação em Saúde promovido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de 11 a 14 de dezembro de 2007 em Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.gices-sc.org/EymardMourao.html> . Acesso em: Maio de 2010.
- _____. Educação popular e pesquisa-ação como instrumentos de reorientação da prática médica. In: Brennand Edna GG (Org.). *O Labirinto da Educação Popular*. 1 ed. João Pessoa, p 189-208, 2003.